

Artigo submetido a 27 de dezembro 2025; versão final aceite a 5 de maio de 2026
Paper submitted on December 27, 2025; final version accepted on May 5, 2026
Doi: <https://doi.org/10.59072/rper.vi76.888>

Urbanização e Endividamento das Famílias: Evidência Empírica para Portugal

Urbanization and Household Indebtedness: Empirical Evidence for Portugal

Carolina Gonçalves

carolinaibgoncalves2002@gmail.com

Universidade Politécnica de Beja

Maria Basílio

maria.basilio@esce.ips.pt

Department of Accounting and Finance, School of Business Sciences, Polytechnic University of Setúbal; CIEQV: Life Quality Research Centre; CEOS.PP: Centre for Organizational and Social Studies of the Polytechnic Institute of Porto

Carlos Borralho

cborralho@ipbeja.pt

Department of Management, School of Technology and Management, Polytechnic University of Beja; CIEQV: Life Quality Research Centre; CEOS.PP: Centre for Organizational and Social Studies of the Polytechnic Institute of Porto

Resumo

O presente estudo analisa os determinantes do endividamento das famílias em Portugal, com especial foco nas diferenças territoriais associadas ao grau de urbanização. Para tal, distingue-se entre a probabilidade de contrair dívida e a respetiva intensidade, medida através da taxa de esforço, procurando compreender de que forma o contexto territorial e os fatores socioeconómicos influenciam o comportamento financeiro dos agregados familiares. Com base nos dados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020, é estimado um modelo em duas partes, permitindo analisar separadamente a decisão de recorrer ao crédito e o grau de endividamento entre os agregados endividados. Os resultados indicam que o endividamento constitui um fenómeno multidimensional, influenciado por fatores sociodemográficos, económicos e comportamentais, bem como pelo enquadramento territorial. Verifica-se que os agregados localizados em áreas mais urbanizadas apresentam maior probabilidade de deter dívida e níveis mais elevados de endividamento. Variáveis como o género, a idade, o número de filhos, o rendimento líquido, a escolaridade e a situação perante o emprego revelam-se igualmente estatisticamente significativas, embora alguns dos seus efeitos difiram entre as duas dimensões analisadas e consoante o grau de urbanização. Estes resultados evidenciam a importância de incorporar a dimensão territorial na análise da vulnerabilidade financeira das famílias e na definição de políticas públicas orientadas para a prevenção do sobre-endividamento.

Palavras Chave: Endividamento; Famílias; Urbanização; Portugal.

JEL Classification: D14; G51; G53; R29

Abstract

This study examines the determinants of household indebtedness in Portugal, with a particular focus on territorial differences associated with the degree of urbanization. To this end, it distinguishes between the probability of incurring debt and its intensity, measured by the debt service ratio, seeking to understand how the territorial context and socioeconomic factors influence households' financial behaviour. Using data from the 2020 Household Finance and Consumption Survey, a two-part model is estimated, allowing the decision to borrow and the level of indebtedness among indebted households to be analysed separately. The findings indicate that household indebtedness is a multidimensional phenomenon, shaped by sociodemographic, economic and behavioural factors, as well as by the territorial context. Households located in more urbanized areas are found to have a higher probability of holding debt and higher levels of indebtedness. Variables such as gender, age, number of children, net income, education, and employment status are also statistically significant, although some of their effects differ between the two dimensions analysed and according to the degree of urbanization. These results highlight the importance of incorporating the territorial dimension into the analysis of household financial vulnerability and into the design of public policies aimed at preventing over-indebtedness.

Keywords: Indebtedness; Households; Urbanization; Portugal.

JEL Classification: D14; G51; G53; R29

INTRODUÇÃO

O endividamento das famílias constitui um tema de reconhecida relevância económica e social, cujo interesse se tem intensificado nos últimos anos, em particular na sequência da crise provocada pela pandemia da Covid-19, que afetou profundamente as economias e agravou a vulnerabilidade financeira de muitos agregados familiares (Chikeya & Ntsalaze, 2025; Cooper et al., 2021; Li, Abiona & Sinha, 2026). Em Portugal, esta problemática mantém-se atual, como evidenciam os dados divulgados pelo Banco de Portugal que apontam para um aumento significativo do endividamento dos particulares, sobretudo associado ao crédito à habitação, atingindo níveis historicamente elevados. Dados do Boletim Estatístico de abril de 2026 revelam que o endividamento das famílias portuguesas aumentou 1,3 mil milhões de euros face ao mês anterior, atingindo 178,1 mil milhões de euros. Em termos homólogos, o endividamento dos particulares registou um crescimento de 9% relativamente a abril de 2025 (Banco de Portugal, 2026).

Neste enquadramento, o presente estudo tem como principal objetivo identificar os determinantes microeconómicos do endividamento das famílias, incorporando explicitamente a dimensão territorial do fenómeno, aproximada pelo grau de urbanização da área de residência. Parte-se do pressuposto de que o contexto territorial não constitui apenas um cenário neutro, mas antes um elemento estruturante das decisões financeiras dos agregados, refletindo diferenças no custo de vida, no acesso ao crédito, na dinâmica do mercado imobiliário e na estrutura do mercado de trabalho. Assim, para além de analisar fatores individuais e socioeconómicos, procura-se avaliar de que forma a inserção em contextos mais ou menos urbanizados influencia quer a probabilidade de recorrer ao crédito, quer a intensidade do endividamento. Esta abordagem permite enquadrar o endividamento não apenas como uma decisão individual, mas como um fenómeno condicionado por assimetrias territoriais.

O estudo contribui para a literatura ao articular a perspetiva microeconómica com a dimensão territorial, distinguindo entre a probabilidade de endividamento e a sua intensidade. Para esse efeito, adota-se uma abordagem hipotético-dedutiva, operacionalizada através da estimação de um modelo econométrico em duas partes (*two-part model*). Numa primeira etapa, estima-se um modelo de escolha discreta, designadamente um modelo de regressão logística (*logit*), com o objetivo de analisar a probabilidade de o agregado familiar apresentar endividamento. Numa segunda etapa, condicionada à existência de dívida, procede-se à estimação de um modelo de regressão para dados contínuos (OLS), incidindo sobre o nível de endividamento, medido através da taxa de esforço. Esta estratégia metodológica permite distinguir os fatores que influenciam a decisão de contrair dívida daqueles que condicionam a sua magnitude, bem como avaliar o papel específico do grau de urbanização em cada

uma dessas dimensões. A análise empírica baseia-se nos dados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) de 2020, os últimos dados disponíveis, sendo a principal fonte estatística em Portugal para o estudo da distribuição da riqueza e do endividamento das famílias.

Os resultados obtidos apresentam implicações relevantes ao nível económico, social e territorial, na medida em que permitem identificar os fatores com maior impacto na situação financeira dos agregados familiares em diferentes contextos de urbanização. Ao evidenciar os determinantes mais significativos do endividamento, o estudo contribui para uma maior literacia financeira dos indivíduos, promovendo decisões mais informadas e potenciando a prevenção de situações de sobre-endividamento. Adicionalmente, os resultados fornecem pistas relevantes para a definição de políticas públicas orientadas para a estabilidade financeira das famílias e para a mitigação de assimetrias regionais.

O trabalho encontra-se estruturado como se indica: após esta introdução, a secção seguinte apresenta uma breve revisão da literatura, abordando conceitos fundamentais, as principais teorias explicativas e a relação entre território e endividamento. Segue-se a metodologia, sendo definidas as hipóteses de investigação, a amostra, as variáveis e a especificação dos modelos econométricos. Na terceira secção são apresentados e discutidos os resultados empíricos. Por fim, destacam-se as principais conclusões, limitações e sugestões para investigações futuras.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Endividamento

O endividamento pode ser definido como o resultado de um desequilíbrio entre rendimentos e despesas que leva os indivíduos ou agregados a recorrer ao crédito para financiar consumo, investimento ou suprir insuficiências temporárias de liquidez. No caso das famílias, traduz-se no saldo devedor acumulado e pode estar associado a fatores como a dimensão do agregado, número de dependentes, nível de escolaridade ou rendimento líquido (Leitão & Frade, 2000). Embora o recurso ao crédito seja um mecanismo relevante de alocação intertemporal de recursos e de promoção do crescimento económico, a sua gestão inadequada pode comprometer a capacidade de pagamento, conduzindo a situações de incumprimento ou insolvência.

O endividamento quando excessivo pode levar a situações de sobre-endividamento. Este ocorre quando o nível de dívida acumulado por um indivíduo, família ou empresa se torna insustentável, comprometendo de forma persistente a capacidade de cumprir as obrigações financeiras assumidas. Sierminska (2014) define-o como um estado duradouro em que o indivíduo não consegue fazer face às despesas correntes, enquanto a Comissão Europeia (EC, 2008) o caracteriza como uma situação em que os recursos presentes e futuros são insuficientes para honrar os compromissos financeiros sem deteriorar significativamente o nível de vida.

O endividamento das famílias tem vindo a aumentar globalmente, impulsionado por fatores como a melhoria das condições de vida, maior acesso ao crédito e pressões económicas associadas a desemprego, inflação ou instabilidade macroeconómica (Fernández-López et al., 2024; Marques & Frade, 2000; Wong et al., 2023). Também a pandemia Covid-19 contribuiu para o agravamento do endividamento de algumas famílias, afetando a economia não apenas a nível nacional, mas de forma assimétrica entre territórios. Estudos recentes evidenciam que os impactos económicos da crise pandémica variaram significativamente consoante a estrutura produtiva regional, a densidade urbana e o grau de exposição a setores mais vulneráveis (Cooper et al., 2021; Tian, 2022). Regiões mais dependentes de serviços presenciais ou com maior densidade populacional registaram perturbações económicas mais intensas, o que poderá ter condicionado de forma diferenciada as decisões de consumo, poupança e recurso ao crédito (Wong et al., 2023).¹

Em Portugal, comparando as diversas vagas do ISFF, os dados de 2010, mostravam que cerca de 37,7% das famílias portuguesas encontravam-se endividadas, com um valor mediano da dívida próximo dos 30 mil euros. A incidência do endividamento aumentava significativamente com o rendimento,

¹ Embora relevante, este trabalho não explora os efeitos da pandemia, cuja avaliação exige um horizonte temporal mais alargado para que seja possível compreender plenamente o seu impacto. Além disso, os dados do ISFF de 2020 apenas refletem parcialmente os efeitos da pandemia sobre o endividamento em virtude das medidas de apoio público implementadas, nomeadamente as moratórias de crédito.

variando entre aproximadamente 12% nas famílias de menores rendimentos e 62% nas de rendimentos mais elevados (Farinha & Costa, 2012). Em 2013, o grau de endividamento das famílias, avaliado pelo valor da dívida face ao rendimento ou face aos ativos, permaneceu muito elevado para uma percentagem significativa de famílias. Observava-se igualmente que a proporção de famílias endividadas e o valor mediano da dívida aumentavam com o rendimento, assumindo valores mais elevados entre os agregados familiares cujo indivíduo de referência se encontrava empregado, tinha menos de 45 anos ou apresentava um nível de escolaridade superior (Costa, 2016). Já em 2017, a proporção de famílias com dívida aumentou para cerca de 46%, embora a percentagem de famílias com empréstimos garantidos pela residência principal tenha diminuído para 32%. Os imóveis continuavam a representar a principal componente patrimonial das famílias, sendo que cerca de 75% eram proprietárias da sua residência principal (Martins et al, 2020). A comparação entre 2010 e 2017 revela uma diminuição da riqueza líquida mediana na maioria dos grupos populacionais, particularmente entre as famílias mais jovens e as pertencentes aos escalões de rendimento e riqueza mais baixos. Registou-se uma redução da percentagem de proprietários e de famílias com crédito à habitação entre os indivíduos com menos de 35 anos, fenómeno associado ao endurecimento das condições de acesso ao crédito e ao aumento dos preços da habitação (Martins et al, 2020). Por fim, em 2020, verificou-se uma melhoria generalizada da situação patrimonial das famílias portuguesas. Entre 2017 e 2020, a riqueza líquida média aumentou 19,9% em termos reais, enquanto a riqueza líquida mediana cresceu 31,3%. Os rácios de endividamento continuaram a diminuir, refletindo, em particular, o contexto de taxas de juro historicamente baixas. Apesar desta evolução favorável, persistem vulnerabilidades significativas entre as famílias de menores rendimentos, que apresentam rácios medianos de serviço da dívida próximos dos 50%, tornando-as especialmente sensíveis a aumentos das taxas de juro. Por outro lado, mantém-se a forte preferência pela propriedade da habitação, uma vez que 70% das famílias residiam em casa própria (Banco de Portugal, 2021).

1.2. Principais teorias explicativas

As principais teorias que estão na base do fenómeno do endividamento são a teoria do ciclo de vida e a teoria do rendimento permanente (Ottaviani & Vandone, 2011).

A Teoria do Ciclo de Vida (Modigliani & Brumberg, 1954) sustenta que os indivíduos planeiam consumo e poupança ao longo da vida com base no rendimento esperado, procurando suavizar o consumo intertemporalmente. Em fases iniciais, o consumo tende a ser financiado por crédito; na idade ativa ocorre acumulação de riqueza; e na reforma, face a rendimentos reduzidos, recorre-se à poupança acumulada (Ottaviani & Vandone, 2011). Apesar do seu contributo central para a análise do comportamento financeiro, a teoria assume racionalidade plena e tende a desconsiderar restrições externas (Silva & Garcia, 1994; Nascimento, 2016). O ciclo de vida é dinâmico e depende de fatores internos, ou seja, das decisões dos indivíduos; e de fatores externos, como por exemplo o mercado, o ambiente, entre outros. Importa salientar que o enquadramento territorial pode influenciar as trajetórias descritas pela Hipótese do Ciclo de Vida. Diferenças regionais ao nível das oportunidades de emprego, da progressão salarial, do acesso ao crédito e do custo da habitação podem alterar o perfil intertemporal de consumo e poupança dos indivíduos, conduzindo a padrões de endividamento diferenciados entre contextos urbanos e não urbanos (Nascimento, 2016).

Já a Teoria do Rendimento Permanente (Friedman, 1957) sustenta que as decisões de consumo e poupança são determinadas pelas expectativas de rendimento no longo prazo, e não apenas pelo rendimento corrente. Os indivíduos distinguem entre rendimento permanente – correspondente ao fluxo médio e estável que esperam auferir ao longo da vida – e rendimento transitório, ajustando o consumo sobretudo em função do primeiro. Assim, variações temporárias no rendimento tendem a ser absorvidas através da poupança ou do recurso ao crédito, enquanto alterações percecionadas como permanentes são mais suscetíveis de gerar ajustamentos duradouros no padrão de consumo (Ottaviani & Vandone, 2011). Estas expectativas podem, contudo, variar territorialmente: regiões com maior dinamismo económico e maior estabilidade laboral tendem a gerar maior previsibilidade de rendimento, podendo incentivar maior recurso ao crédito, enquanto territórios economicamente menos dinâmicos podem induzir comportamentos menos arriscados (Rodríguez-Pose & Sandu, 2025).

Desenvolvimentos mais recentes dos modelos intertemporais de consumo introduziram explicitamente a incerteza quanto ao rendimento futuro, incorporando o chamado motivo precaucional de poupança (Skinner, 1988). Ao contrário das formulações originais, que assumiam trajetórias de rendimento relativamente previsíveis, estas extensões reconhecem que os indivíduos enfrentam riscos, nomeadamente desemprego, doença ou flutuações inesperadas no rendimento, o que altera de forma substantiva as suas decisões ótimas de consumo e poupança (Camões & Vale, 2020). Neste enquadramento, a incerteza gera um incentivo adicional à acumulação de ativos líquidos como mecanismo de auto-seguro (*self-insurance*). Assim, mesmo indivíduos com rendimento permanente elevado poderão optar por níveis de consumo mais contidos no presente, de modo a constituir uma reserva financeira que permita mitigar choques adversos futuros. A intensidade da poupança precaucional depende, entre outros fatores, do grau de aversão ao risco, da volatilidade esperada do rendimento, do acesso ao crédito e da existência de mecanismos formais de proteção social (Kimball, 1990).

1.3. Território e endividamento

O endividamento das famílias não resulta exclusivamente de características individuais, sendo igualmente condicionado pelo contexto territorial em que os agregados se inserem (Keys et al., 2023). A literatura recente tem evidenciado que fatores como a distribuição espacial das instituições financeiras, a dinâmica dos mercados imobiliários, a estrutura produtiva, a digitalização e as desigualdades socioeconómicas regionais influenciam significativamente tanto o acesso ao crédito como a vulnerabilidade financeira das famílias. Uma primeira linha de investigação destaca a existência de importantes assimetrias territoriais no acesso aos serviços financeiros. Diversos estudos demonstram que as áreas rurais e periferias urbanas tendem a apresentar menor cobertura bancária, maiores distâncias às instituições financeiras e uma dependência acrescida de mecanismos informais de crédito (Alonso et al., 2023; Arora, 2012; Van Leuven et al., 2024; Rodríguez-Pose & Sandu, 2025). Estas desigualdades, frequentemente designadas por *banking deserts*, estão associadas a fatores como a baixa densidade populacional, o envelhecimento demográfico, a pobreza e a reduzida atratividade económica dos territórios. Estudos realizados em contextos tão distintos como a China ou a Malásia mostram que as famílias residentes em áreas rurais apresentam, em geral, menor rendimento, acesso mais limitado ao crédito formal e maior exposição a riscos financeiros, enquanto os agregados localizados em regiões economicamente mais dinâmicas tendem a beneficiar de maior inclusão financeira e capacidade de endividamento (Liu et al., 2024; Wong et al., 2023).

O mercado imobiliário constitui outro elemento central na relação entre endividamento e território. A valorização desigual dos ativos habitacionais e os custos mais elevados de aquisição e arrendamento nas áreas urbanas, conjugados com a concentração das oportunidades económicas nos centros urbanos e com a crescente digitalização do setor imobiliário, têm intensificado as pressões financeiras sobre as famílias e ampliado disparidades espaciais (Costello, 2009; Mesa-Pedrazas et al., 2026). Simultaneamente, o recurso a sistemas automatizados de avaliação de risco pode reproduzir formas de exclusão territorial, ao incorporar variáveis geográficas na determinação das condições de acesso ao crédito (Wainwright, 2011).

Por outro lado, diversos autores sublinham que as desigualdades territoriais interagem com características sociodemográficas e comportamentais. Variáveis como o rendimento, a escolaridade, a idade, a composição do agregado familiar e a literacia financeira influenciam a propensão para o endividamento, mas os seus efeitos dependem frequentemente das condições económicas e institucionais dos territórios (Fernández-López et al., 2024; Mai, 2025). Acresce que fatores como o género, a pobreza e a posição social tendem a intensificar a vulnerabilidade financeira em contextos marcados por menor inclusão financeira e maior precariedade laboral (Reboul et al., 2021).

2. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo identificar os principais determinantes do endividamento das famílias em Portugal, procurando destacar o papel do território. Para esse efeito, após a formulação das hipóteses de investigação, procede-se à definição da variável dependente – o grau de endividamento das famílias, aproximado pela taxa de esforço anual de cada agregado familiar – e das potenciais variáveis explicativas, designadamente o grau de urbanização, o género, a idade, o número de filhos, o rendimento líquido, o estado civil, a escolaridade, a situação perante o emprego e a atitude face ao risco. Por fim, são desenvolvidos os modelos de regressão adotados, recorrendo a uma abordagem em duas partes (*two-part model*), com o objetivo de captar, numa primeira fase, os determinantes da probabilidade de um agregado familiar estar endividado e, numa segunda fase, os fatores que influenciam a intensidade desse endividamento entre os agregados efetivamente endividados.

2.1. Hipóteses de investigação

Na análise dos determinantes do endividamento, alguns estudos concentram-se em fatores macroeconómicos (Enache, 2022; Nizar & Karim, 2016; Park & Lee, 2018; Zhou & Niyitegeka, 2023), enquanto outros exploram fatores específicos das famílias (Comelli, 2021; Haq et al., 2018; La Cava & Simon, 2005; Pandey, 2016). No caso dos determinantes familiares, as variáveis mais frequentemente consideradas podem ser agrupadas em dois grandes conjuntos: sociodemográficas (como idade, género, escolaridade, dimensão do agregado), e económicas, incluindo património líquido, rendimento e situação laboral. Contudo, não há consenso quanto ao efeito de algumas destas variáveis (Chikeya & Ntsalaze, 2025; Fernández-López et al., 2024). Acresce que a dimensão territorial, particularmente o grau de urbanização, tem recebido menor atenção enquanto determinante autónomo do endividamento, apesar de poder refletir diferenças sistémicas no custo de vida, no mercado imobiliário, no acesso ao crédito e nas oportunidades económicas. Foram assim definidas as seguintes hipóteses de investigação.

2.1.1. Grau de urbanização

A urbanização constitui um fator relevante na explicação das dinâmicas de endividamento, na medida em que influencia os padrões de consumo, o acesso ao crédito, os níveis de rendimento e a própria estrutura dos mercados financeiros. Estas diferenças tendem a gerar comportamentos distintos entre populações urbanas, semiurbanas e rurais (Alonso et al., 2023; Arora, 2012; Liu et al., 2024; Rodríguez-Pose & Sandu, 2025; Van Leuven et al., 2024; Wong et al., 2023). De acordo com o Banco de Portugal (2021), os agregados residentes em áreas urbanas apresentam, em média, níveis de endividamento mais elevados, tanto em termos absolutos, como relativos. Este resultado pode ser explicado pela maior densidade e competitividade do sistema financeiro, pelo custo da habitação mais elevado e pela maior disponibilidade de bens e serviços, fatores que estimulam simultaneamente a procura e a oferta de crédito.

Em contraste, nas zonas rurais observa-se, em regra, uma menor incidência de endividamento, associada a restrições no acesso a serviços financeiros e a uma menor penetração do sistema bancário. Tian (2022) evidencia empiricamente que a localização geográfica influencia a probabilidade de detenção de dívida, verificando que os agregados rurais apresentam menor propensão ao endividamento. Também Nizar e Karim (2016) e Liu et al. (2024) sublinham que o acesso limitado a serviços financeiros pode traduzir-se em exclusão financeira, condicionando o consumo e o investimento das famílias residentes em áreas menos desenvolvidas.

A dimensão territorial será analisada com base no grau de urbanização da área de residência dos agregados familiares. De acordo com a tipologia DEBURGA do Eurostat, adotada pelo ISFF e definida no respetivo *codebook*, distinguem-se três categorias: áreas densamente povoadas, áreas medianamente povoadas e áreas pouco povoadas. Neste contexto, formula-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: Quanto maior o grau de urbanização da área de residência, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.2. Género

O género é um importante determinante do endividamento. Verificou-se que ser mulher ou homem influencia os padrões de despesa, a atitude perante o risco e por conseguinte, as escolhas financeiras (Chikeya & Ntsalaze, 2025). Diversos estudos exploraram a relação entre género e endividamento. Reboul et al. (2021) mostraram, num estudo centrado no sul da Índia, que embora os homens tenham rendimentos mais elevados, as mulheres acumulam níveis de dívida relativamente superiores, recorrendo sobretudo a fontes informais de financiamento e ao microcrédito. Além disso, as mulheres contraem dívida principalmente para fazer face às despesas correntes do agregado familiar, enquanto os homens tendem a utilizar o crédito para fins produtivos e de investimento. Acresce que as responsabilidades associadas à gestão da dívida recaem de forma mais intensa sobre as mulheres mais pobres e pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos. Já Bejaković et al. (2023) identificam as mulheres, principalmente aquelas que se encontram na faixa etária dos 50 anos, como particularmente vulneráveis. Esta vulnerabilidade reflete-se em menores rendimentos médios derivados de interrupções na carreira (associadas por exemplo ao exercício da maternidade) e níveis inferiores de literacia financeira. Mas por outro lado, Mai (2025) mostrou que a literacia financeira tem um efeito protetor mais pronunciado entre as mulheres, na prevenção do endividamento. Assim, para este estudo, definiu-se que:

Hipótese 2: As famílias cujo representante do agregado familiar é do género masculino apresentam uma menor probabilidade e grau de endividamento.

2.1.3. Idade

Em linha com a teoria do ciclo de vida, normalmente os indivíduos tendem a recorrer mais ao crédito nas fases iniciais da vida adulta, quando o rendimento ainda é relativamente baixo, mas as necessidades de consumo e de investimento, nomeadamente com a aquisição de habitação, são elevadas. Com o avançar da idade, verifica-se uma tendência de redução do recurso ao crédito, passando as famílias a direcionar-se para a amortização das dívidas ou para a poupança (Camões & Vale, 2020; Frade & Lopes, 2006; La Cava & Simon, 2005). Embora nem todos os estudos empíricos tenham revelado o mesmo efeito desta variável no endividamento (Chikeya & Ntsalaze, 2025), aqui formula-se a seguinte hipótese:

Hipótese 3: Quanto menor a idade do representante do agregado familiar, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.4. Número de filhos / Número de elementos do agregado familiar²

O número de filhos dependentes, assim como o número de elementos do agregado familiar (o tamanho do agregado), revelam-se fatores relevantes que podem afetar o grau de endividamento das famílias. Quanto maior o número de filhos, maior tende a ser o nível de endividamento dos agregados, que recorrem de forma mais frequente a créditos para auxiliar no equilíbrio das finanças. Também agregados familiares de maior dimensão têm tendência a apresentar níveis de endividamento mais elevados, principalmente em casos em que o rendimento do agregado não cresce na mesma proporção do número de elementos (Intarapak & Supapakorn, 2020; Olivero & Dvalishvili, 2021). Assim:

Hipótese 4: Quanto maior o número de filhos / número de elementos que integram o agregado familiar, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

² Importa referir que, devido à forte correlação entre o número de filhos e a dimensão do agregado familiar, estas variáveis foram incluídas alternadamente nas regressões. Os resultados obtidos revelaram-se semelhantes em termos de sinal e significância estatística dos coeficientes estimados. Por razões de simplificação, apresentam-se apenas os resultados referentes às especificações que incluem o número de filhos (Quadros 5 e 6).

2.1.5. *Rendimento líquido*

O rendimento líquido expressa a capacidade real de pagamento das dívidas e influencia as decisões de consumo e de poupança das famílias. Os agregados com um rendimento líquido mais elevado possuem uma margem maior para gerir as suas despesas, permitindo-os contrair créditos de forma mais sustentável (Fernández-López et al., 2024). Contrariamente, agregados com menor rendimento apresentam uma maior propensão a recorrer ao crédito para fazer face às despesas, potenciando o risco de sobre-endividamento. De uma maneira geral, podemos esperar que agregados que possuam maior rendimento líquido tenham menor necessidade de recorrer ao crédito (La Cava & Simon, 2005). Como tal é formulada a seguinte hipótese:

Hipótese 5: Quanto maior o rendimento líquido do agregado familiar, menor a probabilidade e o grau de endividamento.

2.1.6. *Estado civil*

De acordo com os dados do Banco de Portugal (2021), os agregados compostos por casais (com ou sem filhos) apresentam, em média, níveis mais elevados de endividamento do que os agregados unipessoais ou monoparentais. Esta tendência está associada a diversos fatores, nomeadamente a maior capacidade de financiamento resultante da soma de rendimentos, maior probabilidade de aquisição de habitação própria e maior facilidade de acesso ao crédito junto das instituições financeiras. Por outro lado, indivíduos solteiros ou divorciados, particularmente os que vivem sozinhos, tendem a apresentar um nível absoluto de dívida mais baixo. De acordo com Chikeya e Ntsalaze (2025), a maioria dos estudos empíricos evidencia que os chefes de família casados têm maior probabilidade de contrair dívidas, evidenciando um impacto positivo desta variável. Sendo assim, espera-se que o Estado Civil do representante do agregado familiar tenha reflexos no grau de endividamento do agregado (Ali et al. 2020; Camões & Vale, 2020; Fernández-López et al., 2024), sendo formulada a hipótese seguinte:

Hipótese 6: O Estado Civil do representante do agregado familiar afeta a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.7. *Nível de escolaridade*

Vários estudos mostram que a educação tem um impacto positivo no endividamento. Normalmente maior nível de escolaridade está associado a maior estabilidade de emprego, melhores níveis de rendimento e maior literacia financeira. Variáveis que em conjunto, são relevantes para maior facilidade de acesso ao crédito (Ali et al. 2020; Haq et al., 2018; Lewin-Epstein & Semyonov, 2016; Pandey, 2016; Singh et al., 2014). Por outro lado, famílias com níveis mais baixos de escolaridade tendem a apresentar menor literacia financeira. Esta limitação favorece comportamentos de endividamento menos racionais, frequentemente orientados para a satisfação de necessidades imediatas, recorrendo a modalidades de crédito de curto prazo. Espera-se assim, que:

Hipótese 7: Quanto maior o nível de escolaridade do representante do agregado familiar, maior a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.8. *Situação perante o emprego*

A situação laboral dos membros de um agregado familiar constitui um dos principais determinantes do grau de endividamento, influenciando tanto a capacidade de contrair crédito como o risco de incumprimento financeiro. A estabilidade e a previsibilidade dos rendimentos, proporcionadas por vínculos laborais permanentes ou pelo emprego no setor público, tendem a facilitar o acesso ao crédito e o endividamento das famílias. Embora o mesmo não se verifique necessariamente no caso dos reformados, pois apesar de beneficiarem de rendimentos relativamente estáveis, estes encontram-se numa fase mais avançada do ciclo de vida, caracterizada por uma menor propensão para assumir novos

compromissos financeiros. Em contrapartida, famílias com membros desempregados ou trabalhadores por conta própria enfrentam maior instabilidade financeira, o que condiciona negativamente a capacidade de solver as suas obrigações (Ali et al. 2020; La Cava & Simon, 2005; Ottaviani & Vandone, 2011). É assim formulada a seguinte hipótese:

Hipótese 8: A condição perante o trabalho do representante do agregado familiar afeta a probabilidade e o grau de endividamento das famílias.

2.1.9. Atitude perante o risco

A atitude perante o risco influencia de forma direta a propensão das famílias para contrair crédito, a natureza dos produtos financeiros escolhidos e o volume do endividamento assumido. Famílias com uma elevada tolerância ao risco tendem a mostrar maior predisposição para recorrer ao crédito de forma sistemática, mesmo em contextos de incerteza ou instabilidade económica (Fernández-López et al., 2024). Esta atitude pode originar níveis de endividamento mais altos e um risco acrescido de incumprimento. Por outro lado, famílias com aversão ao risco demonstram uma maior cautela na assunção de obrigações financeiras. Nestes casos, o nível de endividamento tende a ser inferior e a taxa de esforço mais controlada, ainda que tal possa refletir também um menor acesso a financiamento em situações de necessidade (Frade & Jesus, 2011). Face ao descrito, é formulada a hipótese seguinte:

Hipótese 9: Quanto maior a propensão ao risco do representante do agregado familiar, maior probabilidade e grau de endividamento.

2.2. Dados (ISFF, 2020)

Todos os dados foram obtidos através da Base de Dados cedida pelo Banco de Portugal / INE: Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) de 2020. Este Inquérito é conduzido pelo Banco de Portugal no âmbito do Eurosistema e integra-se no projeto europeu *Household Finance and Consumption Survey*, cujo objetivo é obter dados harmonizados sobre a situação financeira das famílias nos países da área do euro e em outros países europeus.

Os dados do ISFF foram recolhidos entre 6 de outubro de 2020 e 14 de fevereiro de 2021, com base numa amostra representativa da população residente em Portugal, abrangendo 6107 agregados familiares. Uma potencial limitação decorre do facto de, devido à pandemia, a recolha de dados ter sido realizada por telefone ou via web, em substituição do habitual método presencial. Estas modalidades apresentam taxas de resposta mais reduzidas e podem afetar a fiabilidade dos dados.

Para a construção da amostra final utilizada nesta investigação, foram excluídas as observações com taxas de esforço negativas e rendimento líquido disponível nulo, resultando numa amostra de 5983 agregados familiares.

2.3. Variáveis

A **variável dependente** considerada corresponde ao grau de endividamento das famílias, operacionalizado através da taxa de esforço do agregado familiar. Este indicador mede a proporção do rendimento anual líquido do agregado familiar destinada ao serviço da dívida. Embora a taxa de esforço seja habitualmente calculada com base mensal, no presente estudo será utilizada a sua expressão anual, garantindo maior coerência com a estrutura dos dados. O montante anual afeto ao serviço da dívida resulta da soma das prestações associadas a créditos, acrescida dos encargos decorrentes de contratos de *leasing*, quando aplicável.

$$tx_{esforço} = \frac{\text{Prestação mensal} \times 12}{\text{Rendimento anual líquido}} \times 100$$

Na literatura, é também frequente a utilização do rácio dívida/rendimento (*household debt-to-income ratio*) como *proxy* do grau de endividamento (cf. Chikeya & Ntsalaze, 2025). Importa, contudo,

distinguir que este indicador mede o stock de dívida em proporção do rendimento, enquanto a taxa de esforço reflete o fluxo de pagamentos associado ao serviço dessa dívida. No presente trabalho, a taxa de esforço é adotada como medida do grau de endividamento, por permitir captar de forma mais direta a pressão financeira corrente sobre o orçamento das famílias.

Relativamente às **variáveis independentes**, estas permitem operacionalizar as hipóteses definidas anteriormente e são: o grau de urbanização da zona de residência do agregado; o género, a idade, a escolaridade, o estado civil, a condição perante o trabalho e a atitude perante o risco do representante do agregado familiar; o número de elementos que integram o agregado familiar (ou o número de filhos) e o nível de rendimentos do agregado. O Quadro 1 descreve as variáveis e o efeito esperado.

Para mais detalhes sobre a operacionalização das variáveis, deve ser consultado o Apêndice 1.

Quadro 1: Hipóteses e Variáveis Explicativas

Hipótese	Nome da Variável	Descrição	Sinal Esperado
H1	Urbaniz	Grau de urbanização da área de residência em três categorias: muito, médio e pouco (classe de referência)	+
H2	Homem	Género do representante do agregado familiar. Variável <i>dummy</i> : 1 para Homem; 0 para Mulher	-
H3	Idade	Idade do representante do agregado familiar	-
H4	Nº filhos (ou elementos)	Nº filhos ou de elementos do agregado familiar	+
H5	Rend_liquido	Rendimento anual líquido do agregado familiar (logaritmizado)	-
H6	Estado_civil	Estado civil do representante, com quatro categorias: casado, divorciado, viúvo e solteiro (classe de referência)	
H7	Escola	Escolaridade do representante com seis categorias: ensino primário (referência), até 6º ano, até 9º ano, secundário, CTESP e nível pós-secundário, superior	+
H8	Situa_trabalho	Condição perante o trabalho do representante, com quatro categorias: trabalhador regular remunerado, desempregado, inativo (estudante, doméstico, etc), reformado (classe de referência)	
H9	risco	Atitude perante o risco do representante, numa escala entre 0 e 10, sendo 0 avesso ao risco e 10 propenso ao risco	+

2.4. Abordagem empírica

Devido à elevada proporção de valores nulos na variável dependente – neste caso, o grau de endividamento familiar (taxa de esforço) – optou-se por estimar um modelo a duas partes, que reconhece que a decisão de contrair dívida e o montante da dívida resultam de processos distintos. (Cameron & Trivedi, 2010; Ramalho & Silva, 2009; Wooldridge, 2013).

▪ Modelo 1 (parte 1) - Modelo de participação (probabilidade de estar endividado)

Na primeira fase, estima-se a probabilidade de um agregado familiar ter dívidas através de uma regressão logística (*logit*), considerando todas as observações. É definida uma variável binária, como se segue:

$$D_i = \begin{cases} 1, & \text{se a taxa de esforço} > 0 \\ 0, & \text{se a taxa de esforço} = 0 \end{cases}$$

Este modelo estima a probabilidade de um agregado familiar estar endividado com base no conjunto de potenciais variáveis explicativas. A formulação do modelo é a seguinte:

$$\Pr(D_i = 1) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p)}}$$

▪ Modelo 2 (parte 2) - Modelo de intensidade (nível de endividamento)

Na segunda parte, analisam-se apenas os agregados que têm dívida, isto é, que apresentam $D = 1$ na parte 1 (em que a taxa de esforço é positiva). Para o efeito, utiliza-se uma regressão linear (OLS) e pretende-se explicar o nível do endividamento com base nas potenciais variáveis explicativas. O modelo de regressão linear múltipla assume a seguinte forma:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p + \varepsilon$$

Onde o Y representa a variável dependente, ou seja aquilo que se quer explicar, $X_1, X_2, \dots, X_p$, as diversas variáveis independentes, β_0 o valor da variável dependente quando todas as independentes apresentam valor nulo (o intercepto), $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p$, os coeficientes das variáveis independentes e por fim, ε que corresponde ao erro aleatório. De referir que algumas variáveis foram logaritimizadas, nomeadamente o rendimento líquido disponível e, no segundo modelo, a taxa de esforço, que assumia unicamente valores positivos, com o objetivo de aproximar as suas distribuições da normalidade.

O *two-part model* standard assume que os fatores não observados que influenciam a decisão do agregado familiar de contrair dívida são independentes dos fatores não observados que afetam o montante de dívida, isto é: $E(\varepsilon_2 | \varepsilon_1) = 0$. Sob esta hipótese, a estimação separada das duas partes do modelo produz estimativas consistentes. Contudo, caso exista correlação entre os termos de erro das duas partes do modelo, a estimação separada poderá conduzir a estimativas enviesadas devido à existência de viés de seleção amostral. Nestes casos, torna-se necessário recorrer a modelos que incorporem explicitamente o mecanismo de seleção, como o modelo de seleção de Heckman (1979), que permite corrigir o enviesamento decorrente da seleção não aleatória dos agregados familiares que recorrem ao crédito na segunda parte do modelo. Assim, como teste de robustez adicional e avaliar a sensibilidade dos resultados à eventual existência de enviesamento de seleção, foi estimado um modelo Heckman ou Tobit tipo II, com MLE (ver Apêndice 2), não se observando alterações relevantes nas conclusões, face às retiradas com o modelo a duas partes. O teste de razão de verosimilhanças à independência das equações ($H_0: \rho = 0$) não rejeita a hipótese nula (p-valor = 0.9946) sugerindo a ausência de correlação relevante entre os fatores não observáveis que determinam a participação no crédito e os que determinam a taxa de esforço, condicional aos regressores incluídos.

3. RESULTADOS

Nesta secção são apresentados e analisados os resultados.

3.1. Análise descritiva

Nos Quadros 2, 3 e 4 apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis dependentes e independentes para a totalidade da amostra e para o subconjunto dos agregados endividados.

Quadro 2: Estatísticas Descritivas da Variável Dependente

Variável	N	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Total da amostra					
Txesforço	5983	0.0770	0.2154	0	4.9737
Txesforço > 0	2024	0.2277	0.3207	0.0016	4.9737
Txesforço (ln)	2024	-1.8222	0.7670	-6.4171	1.6042
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	5983	0.3383	0.4732	0	1
Muito urbanizados					
Txesforço	2 986	0.0751	0.1900	0	3.546
Txesforço > 0	1003	0.2235	0.2726	0.0016	3.546
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	2 986	0.3359	0.4724	0	1
Médio urbanizados					
Txesforço	1 786	0.0873	0.2515	0	4.974
Txesforço > 0	666	0.2341	0.3679	0.0106	4.974
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	1 786	0.3729	0.4837	0	1
Pouco urbanizados					
Txesforço	1 211	0.0668	0.2162	0	3.348
Txesforço > 0	355	0.2280	0.3507	0.0183	3.348
Endiv. (1) / Não Endiv. (0)	1 211	0.2931	0.4554	0	1

O Quadro 2 apresenta as estatísticas descritivas da variável dependente. Considerando o total da amostra (N=5983), a taxa média de esforço é de 7,7%, com um desvio-padrão de 21,5%, evidenciando elevada dispersão e a existência de situações extremas, uma vez que o valor máximo atinge 4,97 (aproximadamente 497% do rendimento). Entre os agregados endividados (N=2024), a taxa média de esforço ascende a 22,8%, mantendo-se uma variabilidade significativa. A proporção de famílias com dívida é de 33,8%, enquanto 66,2% não apresentam encargos financeiros. Para efeitos econométricos,

utiliza-se a taxa de esforço logaritmizada na segunda parte do modelo, aproximando a distribuição da normalidade.

A análise por grau de urbanização revela diferenças relevantes nos padrões de endividamento das famílias. Nas áreas muito urbanizadas (N=2986), a taxa média de esforço é de 7,5% e 33,6% dos agregados apresentam dívida. Nas áreas medianamente urbanizadas (N=1786), registam-se os valores mais elevados, tanto ao nível da taxa média de esforço (8,7%) como da proporção de famílias endividadas (37,3%). Em contraste, nas zonas pouco urbanizadas (N=1211), a taxa média de esforço é inferior (6,7%) e apenas 29,3% dos agregados se encontram endividados. As características destas áreas, nomeadamente com uma população mais envelhecida e menores oportunidades de emprego e dinamismo empresarial, poderão condicionar o acesso ao crédito (Alonso et al., 2023; Liu et al., 2024).

Quadro 3: Estatísticas Descritivas das Variáveis Explicativas (amostra total N= 5983)

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
muito_urb	0.4991	0.5000	0	1
medio_urb	0.2985	0.4576	0	1
pouco_urb	0.2024	0.4018	0	1
homem	0.6933	0.4612	0	1
idade	62.356	13.303	22	90
n_elementos	2.3988	1.1159	1	13
nfilhos	0.6694	0.8539	0	5
lnrend_liquido	9.8761	0.8312	-0.393	12.410
solteiro	0.0951	0.2934	0	1
casado	0.6589	0.4741	0	1
viuvo	0.1429	0.3500	0	1
divorciado	0.1031	0.3041	0	1
ate4ano	0.2962	0.4566	0	1
ate6ano	0.0826	0.2753	0	1
ate9ano	0.1671	0.3731	0	1
ens_secundário	0.1807	0.3848	0	1
ctesps	0.0506	0.2193	0	1
ens_superior	0.2228	0.4162	0	1
regular_rem	0.4496	0.4975	0	1
desempregado	0.0349	0.1836	0	1
inativo	0.0669	0.2498	0	1
reformado	0.4486	0.4974	0	1
risco	2.5691	2.7555	0	10

Relativamente às variáveis independentes, a amostra é maioritariamente composta por homens (69%), com idade média de 62,36 anos, variando entre 22 e 90 anos, evidenciando um predomínio de representantes masculinos e de idade mais avançada.

Os agregados familiares têm, em média, 2,4 elementos (entre 1 e 13), com um número médio de 0,67 filhos por agregado (máximo de 5). A maioria dos inquiridos é casada (66%) e reside em zonas muito urbanizadas (50%), seguindo-se áreas medianamente urbanizadas (30%) e pouco urbanizadas (20%). Em termos de situação profissional, predominam os trabalhadores remunerados (44,96%) e reformados (44,86%), sendo residual a proporção de inativos (6,69%) e desempregados (3,49%). Ao nível da escolaridade, predominam os extremos com 29,6% dos inquiridos a apresentar até ao 4º ano de escolaridade, e 22,3% o ensino superior. Por fim, a variável risco apresenta uma média de 2,57 (numa escala de 0 a 10), sugerindo uma reduzida propensão ao risco e uma maior prevalência de comportamentos financeiros conservadores entre os agregados analisados.

As estatísticas descritivas revelam algumas diferenças relevantes entre a totalidade da amostra (Quadro 3) e os agregados endividados (Quadro 4), sugerindo a existência de perfis sociodemográficos e económicos distintos.

Quadro 4: Estatísticas Descritivas das Variáveis Explicativas (agregados endividados N= 2024)

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
muito_urb	0.4956	0.5001	0	1
medio_urb	0.3291	0.4700	0	1
pouco_urb	0.1754	0.3804	0	1
homem	0.7372	0.4403	0	1
idade	52.907	9.5031	24	90
n elementos	2.9209	1.1586	1	13
nfilhos	1.1245	0.9169	0	5
lnrend_liquido	10.1165	0.6309	7.326	12.314
solteiro	0.1196	0.3245	0	1
casado	0.7204	0.4489	0	1
viuvo	0.0321	0.1763	0	1
divorciado	0.1280	0.3341	0	1
ate4ano	0.0968	0.2958	0	1
ate6ano	0.0889	0.2847	0	1
ate9ano	0.1863	0.3894	0	1
ens_secundário	0.2683	0.4432	0	1
ctesps	0.0568	0.2316	0	1
ens_superior	0.3029	0.4596	0	1
regular_rem	0.7485	0.4340	0	1
desempregado	0.0415	0.1995	0	1
inativo	0.0627	0.2426	0	1
reformado	0.1472	0.3544	0	1
risco	3.3420	2.7320	0	10

Em primeiro lugar, os agregados endividados apresentam uma idade média significativamente inferior (52,9 anos, face a 62,4 anos na amostra total) e uma menor proporção de reformados (14,7% contra 44,9%), o que sugere que o endividamento se concentra sobretudo em agregados em idade ativa. Paralelamente, estes agregados tendem a ser maiores, apresentando um número médio superior de elementos (2,92 contra 2,40) e de filhos (1,12 contra 0,67).

Ao nível económico, observa-se que os agregados endividados possuem, em média, rendimentos líquidos mais elevados, refletidos no maior valor da variável *lnrend_liquido* (10,12 face a 9,88). Além disso, a proporção de indivíduos com emprego remunerado é substancialmente superior entre os agregados endividados (74,9%, comparativamente a 45% na amostra global), o que poderá indicar que a estabilidade financeira facilita o acesso ao crédito. Por outro lado, os agregados endividados apresentam uma atitude mais favorável ao risco, registando uma pontuação média superior nesta variável (3,34 contra 2,57). No que respeita à escolaridade, verifica-se que os agregados endividados possuem níveis de instrução mais elevados. A percentagem de indivíduos com ensino superior é superior entre os endividados (30,3%, face a 22,3%), enquanto a proporção de agregados com apenas até quatro anos de escolaridade é substancialmente inferior (9,7% contra 29,6%).

Relativamente ao território, embora a proporção de agregados residentes em áreas predominantemente urbanas seja semelhante nos dois grupos (cerca de 50%), os agregados endividados encontram-se relativamente menos representados em zonas pouco urbanizadas (17,5% contra 20,2%) e mais representados em territórios medianamente urbanizados (32,9% face a 29,9%).

Antes da estimação dos modelos, assumiu-se a independência das observações, atendendo à natureza transversal (*cross-section*) da amostra. Dada a dimensão da amostra, considerou-se válida a aproximação à normalidade, tendo os modelos sido estimados com erros-padrão robustos, de forma a assegurar a consistência das inferências na presença de eventual heterocedasticidade. O pressuposto de ausência de multicolinearidade foi avaliado através da matriz de correlações e do cálculo dos indicadores VIF (Apêndice 3). Identificou-se uma correlação positiva elevada (0,84) entre o número de elementos do agregado e o número de filhos, sugerindo potencial multicolinearidade. Para mitigar este efeito, estimaram-se especificações alternativas, incluindo separadamente cada uma das variáveis. Como os coeficientes mantiveram sinal e significância estatística semelhantes, optou-se por apresentar apenas a variável número de filhos (Quadro 5 e 6).

3.2. Resultados dos modelos de regressão

Segue-se a apresentação dos resultados da abordagem empírica (Quadro 5). Na parte 1 através de uma regressão logística (*logit*), procura-se explicar a probabilidade de um agregado familiar ter dívidas

utilizando como variável dependente, a variável binária D (0 vs 1). Na segunda parte, com recurso ao modelo de regressão linear múltipla, analisando somente os agregados endividados (com D=1), pretende-se explicar o nível de endividamento com base nas potenciais variáveis explicativas.

Quadro 5: Resultados – Two part model

Variáveis	Parte 1 logit	Parte 2 OLS
homem	0.2161**	0.0798**
idade	-0.0694***	0.0064***
nfilhos	0.2399***	0.0465***
lnrend líquido	0.3807***	-0.8955***
medio urban.	0.2698***	0.0626*
muito urban.	0.1963**	0.0979***
casado	0.2546*	0.0459
viuvo	-0.2088	0.0176
divorciado	0.5657***	-0.0247
ate6ano	0.2671*	0.1183*
ate9ano	0.3902***	0.2071***
ens_secundário	0.6024***	0.2267***
ctesps	0.2714	0.3627***
ens_superior	0.2501*	0.3560***
desempregado	0.3844**	0.0465
inativo	0.6418***	0.0276
regular rem	0.5879***	0.1269**
risco	0.0278**	0.0041
constante	-1.8148***	6.3314***
Nº observações	5552	1971
Wald chi2 (18) e p-value	1246.02 (0.000)	~~~~
F (18, 1952) e p-value	~~~~	64.95 (0.000)
PCP	75.95%	~~~~
Pseudo R2 / R2	25.50%	45.12%
Legenda: * p<0.10; ** p<0.05; *** p<0.01		
PCP: percentagem prevista corretamente (<i>percent correctly predicted</i>)		

Os resultados obtidos evidenciam que os modelos são ajustados. No modelo 1 a percentagem prevista corretamente das observações é de 75,95% e no modelo 2, o R² é de 45,12%. Para além disso, os valores das estatísticas Wald e F indicam a significância conjunta dos regressores incluídos no modelo.

Centrando a análise nos determinantes da probabilidade de endividamento (parte 1), os resultados indicam que a probabilidade de um agregado familiar se encontrar endividado é influenciada por fatores sociodemográficos e económicos. Observa-se que agregados representados por homens apresentam maior probabilidade de deter dívida. A idade apresenta um efeito negativo e estatisticamente significativo, sugerindo que agregados com representantes mais velhos têm menor probabilidade de estarem endividados. Já o número de filhos exerce um efeito positivo e significativo, indicando maior propensão ao endividamento em agregados mais numerosos. O rendimento líquido, contrariamente ao esperado, associa-se positivamente à probabilidade de contrair dívida, sugerindo que níveis de rendimento mais elevados facilitam o acesso ao crédito. O estado civil também se revela relevante: casados e, sobretudo, divorciados apresentam maior probabilidade de deter dívida face aos solteiros. A escolaridade evidencia um efeito positivo, particularmente até ao ensino secundário. No que respeita à situação laboral, trabalhadores remunerados, inativos e desempregados apresentam maior probabilidade de endividamento face aos reformados. Já a apetência pelo risco aumenta a probabilidade de deter dívida. Relativamente aos fatores territoriais, os resultados indicam que a residência em áreas urbanizadas está associada a uma maior probabilidade de endividamento, com destaque para as áreas medianamente urbanizadas.

No que respeita à intensidade do endividamento (parte 2), alguns determinantes mantêm consistência, enquanto outros revelam diferenças relevantes. O género masculino continua associado a maior grau de endividamento, isto é, associado a maior taxa de esforço anual. A idade, embora reduza a probabilidade de deter dívida, associa-se positivamente à sua intensidade entre os agregados endividados, sugerindo que maior idade, associa-se a maior capacidade de acesso ao crédito, traduzindo-se em valores mais elevados de taxa de esforço. O número de filhos mantém um efeito positivo sobre o grau de endividamento. O rendimento líquido altera o sinal face à primeira etapa: agregados com menores rendimentos apresentam maior taxa de esforço, refletindo maior pressão financeira relativa. O estado civil deixa de ter impacto significativo na intensidade do endividamento, enquanto a escolaridade

mantém um efeito positivo. Os trabalhadores com rendimentos provenientes do trabalho apresentam uma maior intensidade de endividamento face aos reformados (que representam uma menor proporção da amostra entre os agregados endividados), resultado consistente com uma maior participação no mercado de crédito e com a fase do ciclo de vida em que se concentram decisões financeiras de maior dimensão, como a aquisição de habitação. Por sua vez, a apetência pelo risco perde relevância na explicação da intensidade da dívida. Por último, relativamente aos fatores territoriais, os agregados residentes em áreas muito urbanizadas apresentam maior taxa de esforço comparativamente com os residentes em áreas pouco urbanizadas, resultado que poderá estar associado aos custos mais elevados da habitação nestes territórios, dado o peso significativo do crédito à habitação no endividamento das famílias portuguesas (Banco de Portugal, 2021).

De forma a complementar a análise anterior apresentam-se os resultados dividindo a amostra por grau de urbanização (Quadro 6).

A estimação dos modelos por grau de urbanização confirma a existência de diferenciação territorial nos determinantes do endividamento, tanto ao nível da probabilidade, como da sua intensidade, embora alguns mantenham estabilidade. Desde logo, o rendimento líquido mantém um efeito positivo na probabilidade de deter dívida e negativo na intensidade do esforço financeiro em todas as tipologias de urbanização, sugerindo que rendimentos mais elevados facilitam o acesso ao crédito, mas reduzem a pressão financeira relativa. A idade apresenta igualmente um efeito negativo na probabilidade de endividamento nos três contextos, reforçando a validade da Hipótese do Ciclo de Vida.

Quadro 6: Resultados por grau de urbanização da zona de residência do agregado

	Muito urbanizado		Médio urbanizado		Pouco urbanizado	
Variáveis	Parte 1 logit	Parte 2 OLS	Parte 1 logit	Parte 2 OLS	Parte 1 logit	Parte 2 OLS
homem	0.032	0.09	0.1858	-0.0138	0.8637***	0.2236**
idade	-0.0714***	0.0048*	-0.0575***	0.0095***	-0.0892***	0.006
nfilhos	0.2749***	0.0427**	0.2436***	0.0388	0.1393	0.0842**
lnrend_líquido	0.3688***	-0.8748***	0.3140***	-0.8907***	0.5427***	-0.9290***
casado	0.3408*	0.042	0.172	0.1105*	0.3893	-0.0827
viuvo	-0.4871*	-0.1343	-0.3273	0.1477	0.9505*	0.0688
divorciado	0.3996**	-0.0528	0.5930**	-0.0489	1.2340***	0.0756
ate6ano	0.3294	0.0785	0.1873	0.1025	0.3191	0.1607
ate9ano	0.3849**	0.0262	0.3854*	0.3955***	0.3585	0.2417**
ens_secundário	0.4817***	0.1363*	0.8457***	0.3439***	0.5568**	0.2051*
ctesps	-0.093	0.2330**	0.6866**	0.4952***	0.6643	0.3807***
ens_superior	0.194	0.2483***	0.2754	0.4481***	0.4178	0.4095***
desempregado	0.4838*	0.0018	0.3354	0.1287	0.2056	-0.0346
inativo	0.8067***	0.0047	0.6186**	0.0819	0.3045	-0.0611
regular_rem	0.6171***	0.1281*	0.6992***	0.1457	0.2684	0.0798
risco	0.0086	-0.0017	0.0414*	0.0021	0.0448	0.018
constante	-1.2112	6.4386***	-1.6561	6.0947***	-2.7911**	6.5951***
Nº observações	2800	981	1652	647	1100	343
Wald chi2 e p-value	657.72 (0.000)		351.57 (0.000)		257.04 (0.000)	
F e p-value	39.23 (0.000)		27.56 (0.000)		13.50 (0.000)	
PCP	75.14%		74.88%		78.73%	
Pseudo R2 / R2	26.01%	44.74%	23.92%	47.87%	28.50%	46.54%
Legenda: * p<0.10; ** p<0.05; *** p<0.01						
PCP - percentagem prevista corretamente (<i>percent correctly predicted</i>)						

Contudo, emergem diferenças relevantes. Nas áreas muito urbanizadas, o número de filhos influencia significativamente a probabilidade de endividamento, mas o efeito sobre a intensidade é relativamente mais moderado. Já nas zonas pouco urbanizadas, o efeito do número de filhos revela-se menos relevante na decisão de contrair dívida, mas mais expressivo na intensidade do esforço financeiro, sugerindo maior pressão relativa sobre agregados familiares mais numerosos nestes territórios. A variável associada ao género evidencia forte heterogeneidade: apenas nas áreas pouco urbanizadas o facto do representante do agregado ser masculino apresenta um impacto positivo e estatisticamente significativo, tanto na probabilidade, como no grau de endividamento. Já a situação perante o emprego parece exercer um maior impacto na probabilidade do agregado familiar estar endividado, principalmente em zonas mais

urbanizadas, enquanto que em zonas pouco urbanizadas não apresenta relevância estatística. Em termos de fatores comuns: a escolaridade mantém um efeito positivo estatisticamente significativo, principalmente na intensidade da dívida. O estado civil afeta principalmente a probabilidade de contrair dívida, sendo os divorciados que apresentam maior probabilidade face aos solteiros, em todos os contextos territoriais.

3.3. Discussão dos resultados

Os resultados confirmam que o grau de urbanização constitui um determinante relevante do endividamento das famílias, validando a H1: a residência em áreas mais urbanizadas está associada a uma maior probabilidade de deter dívida e a níveis mais elevados de intensidade do endividamento (Nizar & Karim, 2016; Tian, 2022). Esta relação poderá refletir não apenas diferenças no custo de vida, mas também a própria configuração sociodemográfica e de desenvolvimento financeiro dos territórios. Em consonância com Liu et al. (2024) e Rodríguez-Pose et al. (2025), os resultados sugerem que os agregados residentes em contextos urbanos beneficiam de maior proximidade física e digital às instituições financeiras, de uma oferta mais diversificada de produtos de crédito e de mercados imobiliários mais dinâmicos, fatores que podem facilitar o acesso ao financiamento. No caso português, esta associação poderá ainda estar relacionada com os custos mais elevados da habitação nas áreas mais urbanizadas e com o peso da aquisição de habitação própria no padrão de endividamento das famílias, num contexto em que as alternativas de arrendamento permanecem frequentemente limitadas.

A análise desagregada por grau de urbanização evidencia, contudo, que os mecanismos associados ao endividamento não são homogêneos entre territórios. Nas áreas pouco urbanizadas, embora a probabilidade de deter dívida e o respetivo grau sejam inferiores, o género masculino do representante do agregado apresenta um efeito positivo e estatisticamente significativo, ao contrário do observado nos territórios mais urbanizados, o que poderá refletir diferenças nos comportamentos financeiros, na exposição a oportunidades de crédito ou na composição socioeconómica dos agregados. Este resultado contraria os obtidos por Bejaković et al. (2023), mas estão alinhados com Manogna e Mishra (2022).

Relativamente à idade, verifica-se uma redução da probabilidade de contrair dívida em todos os territórios, mas um aumento da taxa de esforço nas áreas urbanas, particularmente nas zonas medianamente urbanizadas, evidência consistente com a Hipótese do Ciclo de Vida e com a literatura (La Cava & Simon, 2005; Chikeya & Ntsalaze, 2025), sugerindo que agregados mais jovens apresentam maior probabilidade de recorrer ao crédito, mas possuem menor capacidade financeira para sustentar níveis elevados de endividamento. Tal como defendem Alonso et al. (2023) e Rodríguez-Pose et al. (2025), fatores relacionados com a densidade populacional, o envelhecimento da população e a estrutura do mercado de trabalho parecem estar associados a diferentes padrões de acesso ao crédito e gestão do endividamento.

O número de filhos influencia positivamente tanto a probabilidade como o grau de endividamento, principalmente em zonas mais urbanizadas, sugerindo maior pressão financeira em agregados mais numerosos, em linha com evidência anterior (Intarapak & Supapakorn, 2020; Olivero & Dvalishvili, 2021). Quanto ao rendimento líquido, os resultados revelam um efeito diferenciado: rendimentos mais elevados aumentam a probabilidade de recorrer ao crédito, mas reduzem a intensidade do endividamento. Esta evidência sugere que agregados com maior capacidade financeira têm maior acesso ao crédito, embora suportem um menor esforço relativo, sendo parcialmente consistente com estudos que identificam correlação positiva entre rendimento e recurso à dívida (Chikeya & Ntsalaze, 2025). Agregados com maior rendimento apresentam maior participação no mercado de crédito, mas menor esforço relativo, sugerindo que o acesso ao financiamento, por si só, não constitui um indicador de vulnerabilidade financeira. Já o estado civil influencia apenas a probabilidade de endividamento, sendo casados e divorciados mais propensos a deter dívida, face aos solteiros, em linha com o referido por Chikeya e Ntsalaze (2025).

A escolaridade associa-se positivamente à probabilidade e à intensidade, possivelmente refletindo melhor acesso ao crédito, sendo consistente com Haq et al. (2018), Lewin-Epstein e Semyonov (2016), Pandey (2016) e Van Leuven et al., 2024. Estes efeitos são mais notórios sobre a intensidade do endividamento nas zonas medianamente e pouco urbanizadas.

Quanto à situação laboral, todas as categorias apresentam maior probabilidade de endividamento face aos reformados. No entanto, apenas os trabalhadores remunerados evidenciam maior intensidade de endividamento, resultado coerente com a fase do ciclo de vida e com a maior estabilidade de rendimentos, o que facilita o acesso ao crédito (La Cava & Simon, 2005; Ottaviani & Vandone, 2011). De referir que a situação perante o emprego assume relevância estatística apenas em zonas mais urbanizadas. Por fim, a propensão ao risco aumenta a probabilidade de endividamento apenas nas zonas medianamente urbanas, mas apenas a 10%. Este resultado sugere que as atitudes financeiras podem influenciar a decisão inicial de recorrer ao crédito, mas não necessariamente o montante relativo assumido pelos agregados.

Estes resultados permitem concluir que o endividamento familiar resulta da interação entre características individuais, capacidade económica e contexto territorial. Assim, políticas financeiras e de educação financeira deverão considerar uma abordagem territorialmente diferenciada, capaz de acomodar as especificidades económicas, demográficas e institucionais dos diferentes espaços de residência.

CONCLUSÃO

Esta investigação analisou os determinantes microeconómicos do endividamento das famílias em Portugal, distinguindo entre a probabilidade de deter dívida e a sua intensidade, através de um modelo em duas partes aplicado aos dados do ISFF 2020. O objetivo principal foi analisar se o território tem impacto nos padrões de endividamento das famílias em Portugal.

Os resultados confirmam que o endividamento é um fenómeno multidimensional, resultante da interação entre fatores territoriais, sociodemográficos, económicos e comportamentais. Contudo, o grau de urbanização emerge como um determinante particularmente relevante, evidenciando que o território não constitui apenas o contexto em que as decisões financeiras são tomadas, mas também um fator explicativo das desigualdades observadas na propensão para contrair dívida e na respetiva intensidade. A análise descritiva revela que as áreas medianamente urbanizadas concentram maior proporção de famílias endividadas e maior taxa de esforço, sugerindo um efeito não linear da urbanização. Estas zonas (periurbanas), tendem a concentrar agregados em idade ativa, com filhos e forte procura de habitação própria, o que potencia o recurso ao crédito, sobretudo hipotecário. Em contraste, nas áreas muito urbanizadas poderá existir maior diversificação de rendimentos e maior recurso ao arrendamento, atenuando o esforço relativo, enquanto nas zonas pouco urbanizadas o envelhecimento populacional e menor dinamismo económico limitam tanto a procura como o acesso ao crédito.

Pela análise descritiva verificou-se que os agregados endividados concentram-se em zonas mais urbanas, tendem a ser mais jovens, mais numerosos, economicamente mais ativos, mais escolarizados e com rendimentos mais elevados, apresentando igualmente uma maior predisposição para o risco. Estas diferenças indiciam que o recurso ao crédito está associado não apenas às condições económicas dos agregados, mas também às suas características demográficas e ao contexto territorial em que se inserem.

Já os resultados das regressões evidenciaram que variáveis como idade, género, número de filhos, rendimento e escolaridade são determinantes importantes, embora algumas variáveis revelem efeitos diferenciados na decisão de endividamento e na taxa de esforço, evidenciando a relevância de distinguir a probabilidade de acesso ao crédito de sustentabilidade financeira. Os resultados, de uma maneira geral, são consistentes com a Hipótese do Ciclo de Vida, evidenciando que idade, número de filhos, situação laboral e rendimento influenciam diferenciadamente a decisão de recorrer ao crédito e a capacidade de suportar o respetivo encargo. Simultaneamente, os resultados corroboram a perspetiva da inclusão financeira e da geografia financeira, mostrando que a urbanização está associada a diferentes padrões de participação no mercado de crédito.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados sugerem que estratégias uniformes de prevenção do sobre-endividamento poderão revelar-se insuficientes, dado que a relação entre território e endividamento parece variar consoante o grau de urbanização. Nas áreas medianamente urbanizadas, caracterizadas por uma maior incidência de agregados endividados e por taxas de esforço mais elevadas, os resultados apontam para a importância de aprofundar políticas relacionadas com a acessibilidade habitacional, nomeadamente através do aumento da oferta de habitação a custos comportáveis e de mecanismos que reduzam a exposição excessiva ao crédito hipotecário. Nas áreas pouco urbanizadas,

onde se observa uma menor participação no mercado de crédito, poderá ser relevante avaliar em que medida fatores associados à inclusão financeira e ao acesso a serviços bancários condicionam o comportamento financeiro das famílias. Por sua vez, nas áreas mais urbanizadas, onde o acesso ao crédito tende a ser mais facilitado, assume particular relevância o reforço da avaliação da capacidade financeira dos agregados e de mecanismos preventivos de sobre-endividamento.

O estudo apresenta limitações inerentes ao carácter transversal dos dados e ao contexto excecional de 2020, em que existiram constrangimentos na recolha das respostas dos agregados familiares. Adicionalmente, embora o rendimento líquido disponível tenha sido calculado a partir dos rendimentos do trabalho e de transferências sociais (reforma /desemprego) ao nível do agregado familiar, não pode ser totalmente excluída a possibilidade de endogeneidade na relação entre rendimento e endividamento, dado o potencial carácter bidirecional desta interação. Adicionalmente, a classificação territorial baseada no grau de urbanização, embora permita captar diferenças entre territórios, não incorpora dimensões locais mais específicas, como preços da habitação, disponibilidade de serviços financeiros, taxas de desemprego ou rendimento médio regional, que poderão ter impactos relevantes.

Investigações futuras poderão recorrer a dados mais recentes e explorar possíveis extensões com recurso às diferentes vagas do ISFF, permitindo desenvolver análises longitudinais sobre a evolução do endividamento ao longo do tempo. Esta abordagem possibilitaria acompanhar as trajetórias financeiras dos agregados familiares e aprofundar a compreensão das relações entre rendimento, vulnerabilidade financeira e endividamento, bem como do papel desempenhado pelos contextos institucionais e territoriais. Em termos econométricos, poderão ser exploradas estratégias que mitiguem potenciais problemas de endogeneidade, bem como incorporar variáveis comportamentais mais detalhadas.

REFERÊNCIAS

- Ali, L., Khan, M. K. N., & Ahmad, H. (2020). Education of the head and financial vulnerability of households: Evidence from a Household's survey data in Pakistan. *Social Indicators Research*, 147(2), 439–463. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02164-2>
- Alonso, M. P., Gargallo, P., López-Escolano, C., Miguel, J., & Salvador, M. (2023). Financial exclusion, depopulation, and ageing: An analysis based on panel data. *Journal of Rural Studies*, 103(103105), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103105>
- Arora, R. U. (2012). Finance and inequality: a study of Indian states. *Applied Economics*, 44(34), 4527-4538. <https://doi.org/10.1080/00036846.2011.597736>
- Banco de Portugal (2021). Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2020. Lisboa: Banco de Portugal.
- Banco de Portugal. (21 de junho de 2026). BPstat. Obtido de Endividamento do setor não financeiro: nota de informação estatística de abril de 2026: <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/2998/>
- Bejaković, P.; Šimurina, N., & Babačić, E. (2024). Social Exclusion and Private Over-indebtedness in the EU. *Revija za socijalnu politiku*, 31(1); 29-51. doi: 10.3935/rsp.v31i1.20
- Cameron, A., & Trivedi, P. K. (2010). *Microeconometrics Using Stata*. Rev. ed. Texas: Stata Press.
- Camões, F. & Vale, S. (2020). I feel wealthy: A major determinant of Portuguese households' indebtedness? *Empirical Economics*, 58 (4), 1953-1978. <https://doi.org/10.1007/s00181-018-1602-9>
- Chikeya, C. K., & Ntsalaze, L. (2025). Determinants of Household Debt: A Systematic Review of the Literature. *Economies*, 13(3), 76. <https://doi.org/10.3390/economies13030076>
- Comelli, M. (2021). The impact of welfare on household debt. *Sociological Spectrum*, 41(2), 154–176. DOI: 10.1080/02732173.2021.1875088
- Cooper, C. R., Mullins, M., & Weinstock, L. R. (2021). COVID-19: Household debt during the pandemic. Congressional research service report. Available online: <https://crsreports.congress.gov>
- Costa, S. (2016). Situação financeira das famílias em Portugal: uma análise com base nos dados do ISFF 2013. Banco de Portugal, *Revista de Estudos Económicos*, 2(4).
- Costello, L. (2009). Urban–Rural Migration: housing availability and affordability. *Australian Geographer*, 40(2), 219-233. <https://doi.org/10.1080/00049180902974776>
- Enache, C. (2022). Macroeconomic determinants of household indebtedness in Romania: An econometric approach. *Journal of Social and Economic Statistics*, 11(1–2), 102–117. DOI: 10.2478/jses-2022-0006

- EC (2008). Towards a common operational European definition of over-indebtedness. Available online: www.bristol.ac.uk/media-library/sites/geography/migrated/documents/pfrc0804.pdf
- Farinha, L. & Costa, S. (2012). Inquérito à Situação Financeira das Famílias: metodologia e principais resultados. *Occasional paper*. Banco de Portugal. Acessível em: <https://www.bportugal.pt/paper/inquerito-situacao-financeira-das-familias-metodologia-e-principais-resultados>
- Fernández-López, S., Álvarez-Espino, M., Rey-Ares, L., & Castro-González, S. (2024). Consumer financial vulnerability: review, synthesis, and future research agenda. *Journal of Economic Surveys*, 38(1), 1045-1084. <https://doi.org/10.1111/joes.12573>
- Frade, C., & Jesus, F. (2011). *Percepção do risco de crédito e endividamento sustentável*, in Hernâni Veloso Neto e Sandra Lima Coelho (org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*. Porto: Instituto de Sociologia-Faculdade de Letras.
- Frade, C., & Lopes, C. A. (2006). Um perfil dos sobreendividados em Portugal. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/87662>
- Friedman, M. (1957). *Theory of the Consumption Function*. Princeton University Press. Doi: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv39x7zh>
- Haq, W., Ismail, A. N., & Satar, M. N. (2018). Household debt in different age cohorts: A multilevel study. *Cogent Economics & Finance*, 6(1), 1455406. <https://doi.org/10.1080/23322039.2018.1455406>
- Heckman, J. (1979) Sample Selection Bias as a Specification Error. *Econometrica*, 47, 153-161. <http://dx.doi.org/10.2307/1912352>
- Intarapak, S., & Supapakorn, T. (2020). Application of logistic regression analysis to household debt of Bangkok and metropolitan area of Thailand. *WSEAS Transactions on Business and Economics*, 17, 676–680. DOI: 10.37394/23207.2020.17.65
- Keys, B J., Mahoney, N. & Yang, H. (2023). What Determines Consumer Financial Distress? Place- and Person-Based Factors. *Review of Financial Studies*, 36 (1). pp. 42-69. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhac025>
- Kimball, M. S. (1990). Precautionary Saving and the Marginal Propensity to Consume. NBER Working Paper 3403. <https://doi.org/10.3386/w3403>
- La Cava, G., & Simon, J. (2005). Household Debt and Financial Constraints in Australia. *Australian Economic Review*, 38 (1), 40-60. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8462.2005.00351.x>
- Lewin-Epstein, N., & Semyonov, M. (2016). Household debt in midlife and old age: A multinational study. *International Journal of Comparative Sociology*, 57(3), 151–172. <https://doi.org/10.1177/0020715216653798>
- Leitão, M. M., & Frade, C. (2000). O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais. Colóquio Internacional: O endividamento dos consumidores, pp. 12-25. doi: 0872-4733
- Li, J., Abiona, O., & Sinha, K. (2026). Household indebtedness and multidimensional poverty: evidence from China. *Applied Economics*, 58(7), 1392–1414. <https://doi.org/10.1080/00036846.2025.2467260>
- Liu, J., Chen, Y., Chen, X., & Chen, B. (2024). Digital financial inclusion and household financial vulnerability: an empirical analysis of rural and urban disparities in China. *Heliyon*, 10(1), 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e35540>
- Mai, C. H. (2025). Financial literacy as a protective factor against household over-indebtedness: evidence from vietnam's low-income communities. *Journal of Economics, Finance and Management Studies*, 4589-4599. <https://doi.org/10.47191/jefms/v8-i7-48>
- Manogna, R. L., & Mishra, K. A. (2022). Determinants of indebtedness and institutional credit to rural agricultural households: An empirical evidence from South India. *International Journal of Social Economics*, 49(9), 1387–1400. DOI: 10.1108/IJSE-09-2020-0614
- Marques, M. M. & Frade, C. (2000). O Endividamento dos consumidores: questões principais. Notas Económicas 14. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/41545>
- Martins, L., Farinha, L., Mesquita, R., & Costa, S. (2020). Inquérito à Situação Financeira das Famílias: resultados de 2017 e comparação com as edições anteriores. Banco de Portugal. Acessível: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202002_pt_0.pdf

- Mesa-Pedrazas, Á., Torrado, J. M., Palomares-Linares, I., & Duque-Calvache, R. (2026). The digitalization of the Housing Market in Spain: a case study of the use of online platforms and spatial inequalities. *Social Inclusion*, 14(11584), 1-20. <https://doi.org/10.17645/si.11584>
- Modigliani, F., & Brumberg, R. H. (1954). *Utility Analysis and the Consumption Function: An Interpretation of Cross-Section Data*. Routledge Library Editions. <https://doi.org/10.7551/mitpress/1923.003.0004>
- Nascimento, R. C. (2016). A hipótese do ciclo de vida de consumo e poupança de Modigliani: um exame da literatura 60 anos depois. Universidade Federal da Bahia. doi: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19292>
- Nizar, N. B., & Karim, Z. A. (2016). Determinants of Malaysia Household Debt: Macroeconomic Perspective. *Academic Star Publishing Company*. doi: 10.15341/jbe(2155-7950)/08.07.2016/005
- Olivero, M. P., & Dvalishvili, M. (2021). What do fiscal stimulus packages mean for household debt? *Contemporary Economic Policy*, 41(2), 282–299.
- Ottaviani, C., & Vandone, D. (2011). Impulsivity and household indebtedness: Evidence from real life. *Journal of Economic Psychology*, 32(5), 754–761. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.05.002>
- Pandey, K. G. (2016). Extent, magnitude and determinants of indebtedness among farmers in eastern India: A survey-based study. *Indian Journal of Agricultural Economics*, 71(4), 450–462.
- Park, J., & Lee, Y. (2018). Corporate income taxes, corporate debt, and household debt. *International Tax and Public Finance*, 26, 506–535.
- Ramalho, J. S. & Silva, J. V. (2009). A two-part fractional regression model for the financial leverage decisions of micro, small, medium and large firms. *Quantitative Finance, Taylor & Francis Journals*, 9(5), 621-636. DOI: 10.1080/14697680802448777
- Reboul, E., Guérin, I., & Nordman, C. J. (2021). The gender of debt and credit: insights from rural Tamil Nadu. *World Development*, 142(105363), 1-39. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105363>
- Rodríguez-Pose, A., & Sandu, A. (2025). Banking on trust: institutional trust and the geography of financial exclusion in Central and Eastern Europe. *Economy and Space*, 57(7), 921-948. <https://doi.org/10.1177/0308518X251350433>
- Sierminska, E. (2014). Indebtedness of households and the cost of debt by household type and income group. European Commission Research Note 10/2014. European Commission
- Silva, C. P., & Garcia, M. T. (1994). A função poupança em Portugal: Ensaio de aplicação da Teoria do Ciclo de Vida. Instituto Superior de Economia e Gestão. *Estudos de Economia*, XIV(2), 175-194. doi: <http://hdl.handle.net/10400.5/9443>
- Singh, S., Bhogal, S., & Singh, R. (2014). Magnitude and determinants of indebtedness among farmers in Punjab. *Indian Journal of Agricultural Economics*, 69(2), 243–256. DOI: 10.22004/ag.econ.206379
- Skinner, J. (1988). Risky income, life cycle consumption, and precautionary savings. *Journal of Monetary Economics*, 22 (2), 237-255. [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(88\)90021-9](https://doi.org/10.1016/0304-3932(88)90021-9).
- Tian, G. (2022). Influence of digital finance on household leverage ratio from the perspective of consumption effect and income effect. *Sustainability*, 14(23), 16271. <https://doi.org/10.3390/su142316271>
- Van Leuven, A. J., Lambert, D., Conroy, T., & Thomas, K. L. (2024). Do “banking deserts” even exist? Examining access to brick-and-mortar financial institutions in the continental United States. *Applied Geography*, 165(103201), 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2024.103201>
- Wainwright, T. (2011). Elite knowledges: framing risk and the geographies of credit. *Environment and Planning*, 43(1), 650-665. <https://doi.org/10.1068/a43331>
- Wong, Z. Y., Kusairi, S., & Halim, A. Z. (2023). The nexus between households’ indebtedness and consumption: The role of gender, geographical area and income groups. *International Journal of Development Issues*, 22(1), 72–90. DOI: 10.1108/IJDI-07-2022-0155
- Wooldridge, J. M. (2013). *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 5th ed. Mason.
- Zhou, S., & Niyitegeka, O. (2023). On the dynamic relationship between household debt and income inequality in South Africa. *Journal of Risk and Financial Management*, 16(10), 427. <https://doi.org/10.3390/jrfm16100427>

APÊNDICE 1 – DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

- Para a construção das variáveis seguintes foram usadas as informações recolhidas relativas aos **6107** agregados familiares no ISFF (2020).
- Os dados dos agregados familiares foram recolhidos entre 6 de outubro de 2020 e 14 de fevereiro de 2021.
- Para a construção da amostra final, foram eliminadas as observações com taxas de esforço negativas e rendimento líquido disponível nulo, tendo sido obtida uma amostra final de 5 983 observações
- O rendimento líquido e a taxa de esforço foram calculadas tendo em conta o agregado familiar, enquanto variáveis como o género, idade, estado civil, escolaridade, situação no trabalho foram consideradas relativamente ao representante do agregado familiar.

1. Variável dependente – grau de endividamento das famílias

Aproximada por uma taxa de esforço anual do agregado familiar calculada:

$$tx_{esforço} = \frac{Prestação\ mensal \times 12}{Rendimento\ anual\ líquido} \times 100$$

Na prestação mensal foram somados os encargos associados a empréstimos bancários por agregado familiar (crédito à habitação, crédito pessoal) e contratos de leasing (variáveis hb2001_R, hb2002_R, hb2003_R, hb2200_R e hc0110_R), tendo ficado excluídas dívidas associadas a cartões de crédito e dívidas com descobertos bancários por não incluírem informação com detalhe suficiente que se traduzisse numa prestação mensal.

O cálculo do rendimento anual líquido do agregado familiar resultou da soma dos seguintes dados:

- Rendimento líquido do trabalho por conta de outrem (png0110_R)
- Rendimento líquido do trabalho por conta própria (png0210_R)
- Rendimento líquido de pensões de regimes públicos (png0310_R)
- Rendimento líquido de pensões de regimes privados e seguros (png0410_R)
- Subsídio de desemprego, valor líquido (png0510_R)

2. Variáveis explicativas

Nome da Variável	Descrição
Urbaniz (agregado familiar)	Grau de urbanização (sc0310) da área de residência em três categorias: 1 – Áreas densamente povoadas 2 – Áreas medianamente povoadas 3 – Áreas pouco povoadas (usada como classe de referência) De acordo com o <i>codebook</i> do ISFF (2020), seguiu-se a tipologia DEBURGA do Eurostat: » Cidades (Centros Urbanos): Pelo menos 50% da população vive em centros urbanos densamente povoados (densidade superior a 1500 hab./km² e uma população total superior a 50 000 habitantes); » Áreas de Densidade Intermédia (Territórios Periurbanos): Mais de 50% da população não reside num centro urbano, mas também não vive numa grelha rural. A densidade populacional é superior a 300 hab./km² e a população total é superior a 5000 habitantes; » Áreas Rurais: Mais de 50% da população vive em células de grelha rurais. Mais detalhe disponível em : Glossary: Degree of urbanization - Statistics Explained - Eurostat
Homem (representante)	Género do representante do agregado familiar. Variável <i>dummy</i> : 1 para Homem; 0 para Mulher
Idade (representante)	Idade do representante do agregado familiar
Nº filhos (ou de elementos) (agregado familiar)	Nº filhos ou de elementos do agregado familiar
Rend_ líquido (agregado familiar)	Rendimento anual líquido, calculado como explicado acima (logaritmizado)
Estado_civil (representante)	Estado civil, com quatro categorias: ✓ casado, ✓ divorciado, ✓ viúvo, ✓ solteiro (classe de referência).
Escola (representante)	Escolaridade com seis categorias: 1 ensino primário ou sem escolaridade (referência), 2 até 6º ano, 3 até 9º ano, 4 secundário, 5 CTESP e nível pós-secundário, 6 superior
Situa_trabalho (representante)	Condição perante o trabalho com quatro categorias: ✓ trabalhador regular remunerado (trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem), ✓ desempregado, ✓ inativo (estudante, doméstica, incapacidade para o trabalho, outros), ✓ reformado (classe de referência).
Risco (representante)	Atitude perante o risco, numa escala entre 0 e 10, sendo 0 avesso ao risco e 10 propenso ao risco. Em rigor as categorias foram definidas numa escala: 0 – nunca está disposto a assumir riscos até 10 – tem vontade de assumir riscos com muita frequência

APÊNDICE 2 – RESULTADOS DO MODELO DE HECKMAN ESTIMADO PELO MÉTODO DA MÁXIMA VEROSIMILHANÇA

Variáveis	bin_txesforco	lntxesforço
homem	0.1185**	0.0797**
idade	-0.0408***	0.0064**
nfilhos	0.1529***	0.0464***
lnrend_liquido	0.2241***	-0.8956***
medio_urban.	0.1539***	0.0626
muito_urban.	0.1059*	0.0979***
casado	0.1447**	0.0458
viuvo	-0.0618	0.0177
divorciado	0.3219***	-0.0248
ate6ano	0.1342	0.1182*
ate9ano	0.2057***	0.2070***
ens_secundário	0.3379***	0.2265***
ctesps	0.1348	0.3627***
ens_superior	0.1298*	0.3559***
desempregado	0.2049*	0.0464
inativo	0.3663***	0.0275
regular_rem	0.3445***	0.1268**
risco	0.0172**	0.0041
constante	-1.0455***	6.3322***
Number of obs =	5552	
Selected =	1971	
Nonselected =	3581	
Wald chi2(18)	1576.9	
Prob > chi2 =	(0.000)	
Legend: * p<.1; ** p<.05; *** p<.01		
LR test of indep. eqns. (rho = 0): chi2(1) = 0.00 Prob > chi2 = 0.9946		

APÊNDICE 3 – MATRIZ DE CORRELAÇÕES E INDICADORES VIF

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1 homem	1																		
2 idade	0.0086	1																	
3 n_elementos	0.2344	-0.4217	1																
4 nfilhos	0.0652	-0.5037	0.8416	1															
5 Inrend_liquido	0.1981	-0.1203	0.3105	0.2242	1														
6 medio_urb	0.0203	-0.0587	0.0605	0.0512	0.0173	1													
7 muito_urb	-0.0486	0.0485	-0.0712	-0.0438	0.0815	-0.6565	1												
8 casado	0.5897	-0.0395	0.4062	0.1692	0.2724	0.0301	-0.0735	1											
9 viuvo	-0.4024	0.3387	-0.292	-0.1403	-0.2143	-0.0137	0.0045	-0.5324	1										
10 divorciado	-0.2659	-0.0612	-0.1471	-0.0041	-0.1019	-0.0308	0.0635	-0.4965	-0.128	1									
11 ate6ano	0.0743	-0.069	0.064	0.0335	-0.0973	0.0165	-0.0669	0.0766	-0.0309	-0.0561	1								
12 ate9ano	0.0724	-0.0422	0.0163	0.0093	-0.0032	0.0079	-0.0239	0.0518	-0.0388	-0.0046	-0.1409	1							
13 ens_secundário	-0.006	-0.189	0.079	0.0954	0.0693	0.0318	0.0027	-0.0044	-0.0875	0.0517	-0.1485	-0.222	1						
14 ctesps	-0.0366	-0.0373	-0.0305	-0.02	0.0612	0.0137	0.0142	-0.0473	0	0.0133	-0.0721	-0.1077	-0.1136	1					
15 ens_superior	-0.0838	-0.1878	0.0616	0.1179	0.3225	-0.0541	0.181	-0.0441	-0.124	0.0886	-0.1698	-0.2539	-0.2676	-0.1299	1				
16 desempregado	-0.0363	-0.1237	0.0199	0.0112	-0.1279	0.0051	-0.0104	-0.0244	-0.0412	0.0031	0.014	0.0455	0.0239	0.025	-0.0555	1			
17 inativo	-0.1625	0.0067	-0.0079	0.0083	-0.1042	-0.0002	-0.0319	-0.0946	0.1587	-0.0056	0.0551	0.0119	-0.0083	-0.0342	-0.0823	-0.0498	1		
18 regular_rem	0.0199	-0.696	0.3569	0.4447	0.1906	0.0401	-0.0233	0.0387	-0.2497	0.0765	0.0479	-0.0107	0.1277	0.0325	0.2364	-0.1814	-0.2454	1	
19 risco	0.057	-0.3073	0.19	0.209	0.1593	0.0202	0.0239	0.0349	-0.1497	0.0286	-0.0311	-0.0192	0.077	0.0474	0.171	0.0588	-0.0188	0.2645	1
VIF	1.64	3.17	4.82	4.57	1.49	1.8	1.9	3.47	2.61	1.98	1.33	1.61	1.85	1.29	2.34	1.26	1.25	2.79	1.16
																	valor VIF médio		2.23